
APOLÍTICABRASILEIRADE COMBATE À FOME

Marcus Vinicius Pratini de Moraes¹

Os compromissos assumidos pelo Brasil na Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, foram e estão sendo cumpridos e têm seus reflexos nos avanços conseguidos pelo Brasil na área social, que não ocorreram espontaneamente. As condições internacionais permaneceram difíceis para todos os países emergentes na segunda metade da década de 1990. Se os brasileiros melhoraram de vida, foi graças aos esforços perseverantes dos indivíduos, da sociedade civil e do governo.

O Governo Federal contribuiu em várias frentes para esses avanços. O controle da inflação foi em si mesmo uma política social com vastas conseqüências, e conseguiu o que para muitos era impossível: controlar a inflação e, ao mesmo tempo, elevar a renda dos trabalhadores, ativar a economia e manter o apoio da sociedade à política econômica.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso assegura que a inflação é o mais injusto e cruel dos impostos “são os mais pobres que o pagam... os assalariados de baixa renda e a legião dos excluídos do Brasil industrial vêem deteriorar-se a cada dia o valor de seus escassos rendimentos. Não há, assim, política social mais eficaz do que a queda da inflação”.

A queda da inflação foi o começo do processo.

As reformas implantadas a partir do Real sustentaram a estabilidade dos preços e garantiram ganhos duradouros aos trabalhadores e aos mais pobres. A renda média dos trabalhadores no período entre 1995 e 2001 cresceu 27% em relação ao período de 1991 a 1994; o salário mínimo, os benefícios da previdência e da assistência social cresceram mais de 60% entre 1994 e 2001.

Cerca de doze milhões de brasileiros ultrapassaram a linha de pobreza. A diminuição do número de pobres não foi um fenômeno temporário; já se consolidou como irreversível. A redução da pobreza refletiu-se no aumento do consumo de alimentos e de bens de consumo duráveis, inclusive nas camadas mais pobres.

A expectativa de vida aumentou 6,6 anos, em comparação com a do início da década de 1980, e as diferenças regionais diminuíram. Segundo dados do PNUD, houve um aumento de 5,64% no Índice de Desenvolvimento Humano no período de 1990 a 1999. O objetivo último do Governo continua sendo a inclusão social, baseada na participação plena e equitativa das mulheres e homens.

O Brasil, desde a década de 40, desenvolve ações sociais de alimentação e nutrição. Dentre elas, a de maior alcance social tem sido o programa nacional de alimentação escolar, reconhecido internacionalmente como um dos maiores programas sociais do mundo ocidental e o único de atendimento universalizado. Beneficia com uma refeição diária, durante duzentos dias letivos, mais de 37 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental e pré-escolar. Todos os municípios recebem, diretamente, sem burocracia, os recursos para a merenda escolar, observando as ofertas e hábitos alimentares de cada região. Os recursos para o programa

¹ Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

ma, que totalizavam em 1995 US\$ 236 milhões, aumentaram 52,54% até o ano de 2002, atingindo US\$ 360 milhões.

Para atender, em 2002, mais 31,7 milhões de brasileiros com programas sociais de transferência direta de renda, compreendendo ações coordenadas entre os setores de saúde, educação, trabalho, serviço social, agricultura e abastecimento, estão previstos no Orçamento da União recursos da ordem de US\$ 9 bilhões.

Foram priorizados investimentos nas áreas de educação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e científico. Mas os avanços mais visíveis se dão na agricultura: o Brasil bateu recordes e avançou como nunca na agricultura. A produtividade agrícola aumentou 70% nos últimos dez anos; US\$ 24 bilhões em exportações do agronegócio em 2001; em 8 anos, crescimento de 97% na produção de carne de frango, 67% na produção de carne suína e 30% na de carne bovina.

O Brasil é o 1º produtor mundial de café, laranja e cana-de-açúcar, o 2º em soja e frango, e tem o maior rebanho bovino comercial do mundo, rebanho este alimentado a pasto. Mas isto ainda é pouco. Nos últimos oito anos, toda a cadeia produtiva vem sendo estimulada com ações concretas, colocando o País numa nova era no setor agropecuário, valorizando a qualidade, a sanidade de seus produtos, a competitividade e a sustentabilidade ambiental.

Atualmente, no Brasil, as florestas e os animais estão melhor protegidos, as cidades mais limpas e as empresas aprenderam a tirar proveito dos recursos naturais sem devastar a natureza. Em 2002, comparando com dados de 1980, a poluição do ar nas grandes cidades caiu à metade.

A produtividade agrícola brasileira supera a dos países ricos. Foram significativos os esforços na promoção de práticas sustentáveis de desenvolvimento na agricultura, pecuária e nos setores pesqueiro e agroflorestral, assegurando um suprimento de alimentos suficiente e seguro.

Todos os compromissos assumidos em 1996, na Cúpula Mundial da Alimentação foram e estão sendo cumpridos pelo Brasil, inclusive a defesa de um sistema leal de comércio mundial de alimentos e agrícola. Na reunião ministerial da Organização Mundial de Comércio, realizada em Doha, no ano passado, o Brasil trabalhou para que os países se comprometessem a ini-

ciar negociações globais visando: “melhorias substanciais em acesso a mercados; redução, com vistas à sua eliminação, de todas as formas de subsídios à exportação e redução substancial do apoio doméstico causador de distorções no comércio”.

É fundamental, no marco dos esforços dos países em desenvolvimento, que cada um possa explorar suas vantagens comparativas sem que isso gere reações protecionistas de parte dos países mais ricos.

A FAO deu uma sinalização positiva nesse sentido ao criar uma unidade de treinamento para países em desenvolvimento, na área de negociações agrícolas internacionais. No entanto, esta louvável iniciativa ainda deixa muito a desejar. Se a FAO está realmente comprometida com a luta contra a fome e a pobreza, então deve definir uma estratégia que acompanhe os acordos agrícolas da OMC. Ao ser permissiva, com relação a alguns poucos países ricos, que se vêem com os olhos vendados pela idéia egoísta de que o comércio não é importante para a segurança alimentar, permitindo ao Secretariado preparar agendas de conferências, mesmo em nível regional, que contemplam assuntos que os membros restringiram, como a multifuncionalidade da agricultura, a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), dá um sinal diferente: de que está escorregando no caminho que todos estamos tentando construir rumo ao corte da fome pela metade até 2015.

Estudos da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico estimam que as restrições a importações de países em desenvolvimento e os efeitos negativos das políticas agrícolas dos países desenvolvidos sobre os preços internacionais de “commodities” custam US\$ 20 bilhões ao ano aos países em desenvolvimento. Enquanto no setor industrial as tarifas médias de importação são de 4%, as dos produtos agrícolas, nos países da OCDE, são de 60%.

Por exemplo, por ser o Brasil o mais competitivo produtor mundial de cana-de-açúcar, nosso açúcar e nosso álcool enfrentam restrições traduzidas em cotas insignificantes e tarifas adicionais sobre o preço de referência, impedindo a venda dos produtos em importantes mercados.

O suco de laranja brasileiro para ser comercializado, em determinados países, está sujeito ao pagamento de tarifas adicionais equivalentes a 40,7%, 54,9% e de até 139,2%. Os subsídios aos produtos agrícolas além de gerar uma competitividade artificial, distorcem

os fluxos comerciais e depreciam o valor das “commodities”, itens fundamentais na pauta exportadora dos países em desenvolvimento.

A OCDE estima que uma redução de 10% no nível global de apoio doméstico das nações que a compõem, que hoje chega a US\$ 1 bilhão ao dia, levaria a um incremento dos preços internacionais de mercadorias agrícolas da ordem de 2,2%, o que beneficiaria os países em desenvolvimento.

A União Européia, por exemplo, aloca recursos da ordem de 100 bilhões de euros por ano em políticas internas, distorcendo assim o comércio. Os programas norte-americanos, como “Loan Deficiency Payment”, praticamente garantem preços fixos para os produtores dos EUA, independentemente do mercado internacional. Nesse tema, o Mandato de Doha reforça o pleito do Brasil para que se procure desvincular o apoio concedido à produção, o chamado “decoupling”, pelo qual tais pagamentos já não estariam relacionados à quantidade produzida. Desta forma, procura-se evitar que essas políticas contribuam para a criação de excedentes agrícolas expressivos e conseqüentemente, de preços artificialmente baixos, em prejuízo dos países produtores como o Brasil.

A Declaração Ministerial da Conferência da OMC, em Doha embora não contemple, na sua totalidade, os avanços pretendidos pelo Brasil, reflete o anseio da maioria significativa de seus membros por mudanças profundas no comércio internacional de produtos agrícolas.

Outro tema de grande importância em agricultura refere-se às medidas sanitárias e fitossanitárias, em especial ao pleito brasileiro de revisão do procedimento de notificação para esclarecer os tipos de medidas a serem notificadas de forma obrigatória à OMC. O tema é de especial interesse, tendo em vista os impactos negativos decorrentes da aplicação intempestiva de medidas que não se encontram amparadas por critérios científicos apropriados. Preocupações com a saúde humana e animal têm sido utilizadas com fins protecionistas.

A sociedade brasileira não está imune aos sentimentos de incerteza e insegurança inerentes às mudanças vertiginosas pelas quais passa a ordem mundial. Multiplicaram-se e diversificaram-se, sem dúvida, os espaços para todas as sociedades expostas aos riscos e oportunidades trazidos pela globalização.

As transformações operadas ao longo dos últimos oito anos tanto no Estado, quanto na sociedade, fazem com que o Brasil esteja, hoje, mais bem preparado para enfrentar o desafio do desenvolvimento com equidade e sustentabilidade, a consolidação dos ideais de segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação.

Seis anos depois da Cúpula Mundial de Alimentação, o Governo Brasileiro entende que, embora tenha conseguido avanços importantes, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer nesse processo de construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Reitera, pois, a determinação de manter na agenda para os próximos anos os compromissos assumidos em 1996.